



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO E GESTÃO DE REPASSE DE VALE-ALIMENTAÇÃO EM CARTÕES ELETRÔNICOS/MAGNÉTICOS AOS SERVIDORES DE RIBEIRÃO PRETO.**



## **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

*Este estudo técnico preliminar é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e gerenciamento de vale-alimentação, e busca caracterizar o interesse público envolvido. O estudo pretende evidenciar a necessidade, apontando a melhor solução para a administração pública, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.*

*Para tanto, o estudo buscou organizar a forma de apresentação dos itens considerados obrigatórios, seguindo, dentro do possível, como referência, a ordem disposta na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.*

### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

- 1.1. *Trata-se de chamamento público objetivando o credenciamento e contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de intermediação e gestão de repasse de Vale-Alimentação em cartões eletrônicos/magnéticos com chip, ou de similar tecnologia, aos servidores públicos municipais de Ribeirão Preto/SP, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.373/88 e suas complementares.*
- 1.2. *Inclui-se no objeto da contratação a emissão de todos os cartões, na quantidade de 1 (um) cartão por servidor municipal ativo, bem como as solicitações de segundas vias, substituições de cartões por perda, furto, mal funcionamento e falhas de segurança, de*



*acordo com o quantitativo de servidores usuários e ainda solicitações de novos cartões por novas adesões.*

- 1.3. Para fins desta contratação, considera-se servidor(a) municipal o agente público municipal ocupante de cargo/função efetivo ou em comissão, submetidos ao regime jurídico da Lei 3.181/76 e aqueles contratados através de processo seletivo em cargos temporários.*
- 1.4. A concessão via cartão de vale alimentação garante as empresas e órgãos públicos que os valores estão sendo devidamente utilizados para os fins nutricionais a que se destinam e com a disponibilidade de toda uma rede de credenciados apta a atender seus usuários.*
- 1.5. Deste modo, a referida contratação é vista como uma forma de manter a qualidade dos serviços de vale-alimentação, proporcionando condições adequadas para utilização dos serviços.*
- 1.6. A nova contratação se justifica ainda pelos seguintes motivos:*
  - I) Encerramento da vigência do contrato atual de prestação de serviço de intermediação e gestão de repasse de Vale-Alimentação;*
  - II) Necessidade de nova redistribuição de demanda e abertura de processo para credenciamento de novos fornecedores, em conformidade com as alterações legislativas após o advento da Lei Federal 14.442/2022.*



- III) O novo modelo de contratação, via credenciamento (art. 79, II, da Lei 14.133/21), proporcionará a adesão de empresas interessadas na prestação dos serviços e estimulará a oferta de benefícios aos servidores;*
- IV) Manter a qualidade dos serviços de vale alimentação, proporcionando condições adequadas para utilização dos serviços.*
- 1.7. O município poderá realizar a contratação simultânea de mais de uma empresa para a execução do objeto, considerando a escolha pelos servidores, não havendo que se falar em perda da economia de escala, considerando que as empresas contratadas não irão receber nenhum valor pelos serviços prestados, realizando apenas o repasse do benefício aos servidores através de crédito em cartão. Nessa modalidade, as credenciadas serão remuneradas pelas suas redes de estabelecimentos, que lhes pagam uma taxa para poderem receber através dos cartões de alimentação.*
- 1.8. A execução simultânea é possível e conveniente, considerando o modelo da contratação (Credenciamento, art. 79 da Lei 14.133/21), onde a escolha da empresa fica a cargo do beneficiário (inciso II), não prejudicando o controle individualizado de cada contratado.*
- 1.9. Ainda, com o advento do Decreto 10.854/2021, alterado pelo Decreto 11.678/2023, e da Lei nº 14.442/2022, o credenciamento é a alternativa encontrada para contratar os serviços de gerenciamento e fornecimento de vale-alimentação, posto que inviabilizada licitação com critério de julgamento por menor preço após referidas alterações. Nesse sentido já fixou entendimento o*



*E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme se verifica nos processos TC-008472.989.24-3 e TC-011440.989.24-2.*

- 1.10. Os servidores, através do credenciamento, ficarão responsáveis pela escolha da empresa contratada, obedecendo ao descritivo do Termo de Referência.*

### **Análise da contratação anterior**

- 1.11. Os serviços de fornecimento e gerenciamento de vale-alimentação vêm sendo executados na Prefeitura de Ribeirão Preto há mais de 30 anos.*
- 1.12. A contratação atual, regida pelo Contrato nº 140/2020 – Processo de Compras nº 79/2020, teve início no dia 05 de junho de 2020, com duração de 12 meses, sendo prorrogada desde então, e se encontra vigente.*
- 1.13. O processo de contratação se deu através do Pregão Eletrônico 31/2020, tendo como critério de julgamento o menor preço, decorrente da menor taxa de administração, que à época era permitida.*
- 1.14. Importante frisar que o Edital do referido pregão impôs que o vencedor deveria possuir ao menos 250 (duzentos e cinquenta) estabelecimentos credenciados no município de Ribeirão Preto/SP. A fim de manter a qualidade dos serviços já ofertados aos servidores municipais deste Município, devem as empresas interessadas no Credenciamento manter, ao menos, o mesmo número anteriormente exigido.*



## **2. ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES**

- 2.1. *Conforme artigo 1º do Decreto Municipal nº 001/2024 foram revogados os dispositivos do Decreto Municipal nº 64/2023 pertinentes a implantação do Plano Anual de Contratações. Portanto não será possível apontar o alinhamento desta contratação com o planejamento da Administração Municipal*

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Requisitos para o credenciamento**

- 3.1. *Podem participar do credenciamento empresas legalmente constituídas no Brasil, compatíveis com o objeto do edital, em arranjo de pagamento aberto ou fechado.*
- 3.2. *As empresas interessadas no credenciamento devem apresentar conjuntamente com a documentação de habilitação especificada no Termo de Referência, a proposta e o material de divulgação.*
- 3.3. *Deve também, comprovar, **no ato do credenciamento**, possuir rede de credenciados no Município de Ribeirão Preto/SP, com, no mínimo, 250 estabelecimentos comerciais no ramo alimentício, contendo: razão social, nome fantasia, CNPJ, endereço e telefone.*
- 3.4. *A manutenção de, no mínimo, 250 estabelecimentos credenciados constitui requisito essencial para assegurar a continuidade e qualidade dos serviços prestados aos servidores. Esse quantitativo já é exigido no contrato vigente,*





*proporcionando ampla cobertura de estabelecimentos comerciais em diversas regiões do Município, o que assegura uma variedade de opções para os beneficiários.*

- 3.5. *A manutenção desse critério visa evitar a redução na oferta de pontos de aceitação, garantindo que os servidores possam usufruir do benefício de forma plena, com conveniência e acessibilidade, além de preservar o padrão de excelência atualmente oferecido.*
- 3.6. *A opção desta Prefeitura por condicionar o credenciamento - e **não apenas a assinatura do contrato** - à comprovação de um número mínimo de estabelecimentos credenciados decorre do princípio da eficiência, previsto no Direito Administrativo. Dada a recente proibição legal quanto ao oferecimento de vantagens pecuniárias aos beneficiários, entende-se que a lista de estabelecimentos credenciados é elemento fundamental para que a escolha seja realizada de forma eficiente, permitindo aos servidores selecionar as empresas cujos credenciados melhor atendam às suas necessidades. Além disso, a Administração respeitará prazo mínimo de 60 (sessenta) dias para credenciamento e, somente depois desse interregno submeterá aos servidores a opção de escolha entre as credenciadas.*
- 3.7. *Ademais, o prazo para o primeiro exercício de escolha das empresas credenciadas pelos servidores municipais beneficiários será de **30 dias**. A definição de um prazo mais extenso considerou o número de servidores municipais, bem como a possibilidade de que aqueles em férias, licença ou temporariamente impossibilitados possam exercer seu direito de escolha. Dessa forma, à luz do princípio da eficiência, seria*



*inadequado permitir que os servidores escolhessem uma empresa que posteriormente não comprovasse possuir o mínimo de 250 estabelecimentos credenciados.*

- 3.8. *Adicionalmente, em consulta aos sites das principais empresas que atuam no segmento de vale-alimentação no Município de Ribeirão Preto (Verocard, Alelo, Ticket, VR, Sodexo e UP), constatou-se que essas já oferecem ferramentas de consulta aos estabelecimentos credenciados, inclusive com filtros por localidade. Assim, esta Prefeitura entende que tal exigência é facilmente atendida.*
- 3.9. *Ressalta-se, contudo, que tal exigência não se aplica às empresas operadoras de arranjos de pagamento abertos. Nos arranjos fechados, as prestadoras utilizam seus próprios sistemas de pagamento, enquanto nos arranjos abertos, utilizam-se bandeiras tradicionais como Elo, Visa e Mastercard. Dessa forma, a exigência de comprovação de rede credenciada para as empresas de arranjo aberto torna-se desnecessária, visto que a aceitabilidade dos cartões deste modelo é extremamente capilarizada em todo o território brasileiro e há a segurança de que onde houver uma “maquininha” de cartões que aceite tal bandeira, será admitido o cartão da empresa de benefício alimentação que a utiliza.*
- 3.10. *Os estabelecimentos credenciados poderão ser substituídos no curso da vigência contratual, desde que tal alteração não implique na diminuição do número de conveniados e na queda do padrão do serviço, sendo que essa listagem em questão deverá ser fornecida sempre que solicitada pela contratante.*



**Especificações do objeto**

- 3.11. *Os referidos serviços devem ser realizados por meio de cartão eletrônico/magnético, com chip de segurança e senha individual, destinado à aquisição de gêneros alimentícios para os servidores da Prefeitura de Ribeirão Preto.*
- 3.12. *A modalidade de fornecimento é Vale-Alimentação utilizado para pagamento de gêneros alimentícios em supermercados, mercados, açougues, empórios e assemelhados.*
- 3.13. *O prazo necessário para mobilização inicial dos serviços será de até 20 (vinte) dias, a partir da Ordem de Serviço (O.S.) a ser emitida pela contratante, após a assinatura de contrato com a(s) empresa(s) credenciada(s) de preferência dos beneficiários.*
- 3.14. *A contratada deverá efetuar os créditos nos cartões eletrônicos de acordo com o(s) pedido(s) gerado(s) pela contratante, de forma eletrônica, remota e automatizada.*
- 3.15. *Os cartões deverão ser entregues diretamente na Rua Jacira, nº 50, Jardim Macedo, Ribeirão Preto, das 08h00min às 17h00min, em dias úteis, aos cuidados da Secretaria de Administração, Departamento de Recursos Humanos, Divisão de Pagamentos, sem custo de frete.*
- 3.16. *A contratada deverá emitir novo cartão, em substituição ao anteriormente emitido, sem custo adicional a cada período de 12 meses, se necessário. Nos casos de mal funcionamento do cartão a troca deverá ocorrer sem custo adicional, independentemente do prazo de emissão do cartão anterior.*



*3.17. A contratada deverá observar os seguintes prazos:*

- I) Primeira emissão e entrega dos cartões: prazo não superior a 20 (vinte) dias, contados a partir da data do pedido feito pela contratante;*
- II) Substituição e entrega dos cartões: prazo de 7 (sete) dias úteis, contados da data da realização do pedido de emissão do novo cartão eletrônico pela contratante;*
- III) Emissões e entregas subsequentes dos cartões: prazo não superior a 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data do pedido feito pela contratante;*
- IV) Disponibilização do crédito aos servidores: prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da solicitação de inserção ou data posterior pré-determinada pela contratante. A solicitação de crédito ocorrerá mensalmente e, excepcionalmente, quando necessário poderá ser feito de forma avulsa, devendo respeitar o prazo máximo de 3 (três) dias úteis;*
- V) Manutenção dos créditos já disponibilizados/saldo existente no cartão para servidores/usuários que deixarem de perceber o benefício de vale-alimentação ou na hipótese de descontinuidade do contrato, por qualquer motivo: prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da última inserção de crédito;*
- VI) A contratante poderá requisitar o crédito e/ou saldo de determinado cartão diretamente à contratada, que, por sua vez, deverá restituir o valor no prazo de 7 (sete) dias úteis, contados do pedido, mediante crédito na conta bancária indicada.*

***Demais obrigações da(s) contratada(s)***

- 3.18. *Manter um elevado padrão de qualidade e segurança do processo de impressão e crédito nos cartões, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude.*
- 3.19. *Se responsabilizar pela restituição do saldo nos casos de fraude em decorrência de falhas de segurança no seu sistema.*
- 3.20. *Manter absoluto sigilo das informações a que tiver acesso em decorrência da execução contratual.*
- 3.21. *Fornecer uma senha eletrônica secreta e individualizada, para cada cartão encaminhado ao servidor beneficiário, em mensagem inviolável.*
- 3.22. *Não oferecer verbas e benefícios diretos ou indiretos de qualquer natureza não vinculados diretamente à promoção de saúde e segurança alimentar do trabalhador.*
- 3.23. *Manter em funcionamento Central de Atendimento Telefônico (Serviços de Atendimento ao Cliente - SAC), 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para prestar informações, receber comunicações de interesse da contratante e de seus beneficiários, em especial, solicitação de bloqueio dos cartões.*
- 3.24. *Disponibilizar para os usuários (contratante e servidores beneficiários), no endereço eletrônico (site da internet) e em aplicativo, disponível nos sistemas Android e IOS, sistema de*



*consulta de saldo e extrato em tempo real, bem como a listagem dos estabelecimentos credenciados. Sendo as funcionalidades mínimas:*

- a) Funcionalidades disponíveis à contratante: inclusão, exclusão e consulta de beneficiários e seus dados; alterações cadastrais; solicitação de novos cartões; solicitação de reemissão de cartões; solicitação de bloqueio de cartões; solicitação de créditos; emissão de relatório das movimentações efetuadas e saldo dos beneficiários; emissão de histórico de compras; solicitação de pedidos, emissão de boletos de cobrança, emissão das notas fiscais e outras informações necessárias para a gestão correta e eficiente dos serviços, e;*
  - b) Funcionalidades disponíveis aos servidores: de forma individualizada e sigilosa, a cada beneficiário, a emissão de extrato detalhando, histórico de utilização do cartão, informando saldo e locais da rede credenciada atualizada.*
- 3.25. Efetuar a adequação do sistema para recepcionar o pedido de crédito nos cartões eletrônicos, através de arquivos eletrônicos no layout a ser definido pela contratante.*
- 3.26. Permitir credenciamento, a qualquer tempo, de estabelecimentos comerciais do ramo alimentício.*
- 3.27. Efetuar o bloqueio imediato dos cartões, nos casos em que os servidores da contratante comunicarem a inutilidade, perda, furto, roubo ou extravio do cartão, entre outros, através de central de atendimento 24 (vinte e quatro) horas ou de serviços online;*



- 3.28. *Emitir novas vias dos cartões em caso de inutilidade, perda, furto, roubo ou extravio do cartão, entre outros, e efetuar a transferência de saldo remanescente para o novo cartão, nos prazos estabelecidos.*
- 3.29. *Reembolsar aos estabelecimentos credenciados, por sua exclusiva conta e risco, os valores dos vales de sua emissão utilizados pelos servidores da contratante;*
- 3.30. *Em caso de encerramento do contrato, por qualquer motivo, garantir a aceitação do cartão pela rede credenciada pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de reembolso mediante crédito em conta bancária a cada usuário.*
- 3.31. *Registrar e disponibilizar à contratante, durante a vigência do contrato e pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias após rescisão ou término do contrato, todas as solicitações de compra de créditos, estornos, extratos, emissões e entregas de cartões, log de bloqueio e desbloqueio dos cartões.*
- 3.32. *Disponibilizar relatórios consolidados sobre os dados supracitados sempre que solicitado pela contratante.*

### **Informações relevantes**

- 3.33. *A intermediação e gestão do repasse objeto dessa contratação poderá ocorrer simultaneamente por mais de uma credenciada, conforme regras de distribuição de demanda a seguir (Art. 79, II, da lei nº 14.133/21):*



- 3.34. *Serão consideradas aptas à contratação as empresas credenciadas que cumprirem todas as exigências previstas no edital de credenciamento;*
- 3.35. *Antes da celebração do contrato com as empresas credenciadas, a contratante realizará processo interno para que os servidores beneficiários do vale-alimentação façam a escolha da empresa credenciada de sua preferência.*
- 3.36. *Será concedido às credenciadas o prazo de 5 (cinco) dias para que disponibilizem link para acesso ao material de comunicação e marketing, com a finalidade de apresentar as vantagens e diferenciais que possam ser analisadas pelos servidores da contratante para que escolham a empresa gestora do seu benefício.*
- 3.37. *O link disponibilizado pela credenciadas será divulgado pela contratante aos servidores, pelo mesmo canal e simultaneamente, garantindo a isonomia do processo de escolha. O material ficará disponível durante todo o período de escolha a ser exercido pelos servidores beneficiários.*
- 3.38. *Para os servidores admitidos após o fim do prazo para escolha inicial, será encaminhado o último link de comunicação disponibilizado pelas empresas credenciadas.*
- 3.39. *Caso a empresa credenciada escolhida desista da prestação dos serviços antes da assinatura do contrato será aberto novo prazo de 5 dias para nova escolha pelo servidor, entre as credenciadas remanescentes.*





- 3.40. *Os servidores beneficiários que não exercerem a escolha, por qualquer motivo que seja, serão incluídos no contrato da empresa credenciada com o maior número de adesões.*
- 3.41. *O edital de credenciamento estará permanentemente aberto com possibilidade de credenciamento a qualquer interessado até decisão administrativa que determina o final de sua validade.*
- 3.42. *A vigência de cada contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, oportunidade em que serão realizadas novas contratações, com base em nova consulta de preferências aos servidores, de acordo com a relação atualizada de empresas credenciadas, conforme detalhamento no Termo de Referência.*
- 3.43. *A empresa credenciada poderá, a qualquer momento requerer seu descredenciamento, devendo respeitar a vigência e demais condições contratuais, caso mantenha contrato vigente.*
- 3.44. *Os servidores beneficiários exercerão a escolha entre as empresas credenciadas a cada 2 (dois) anos, em período previamente determinado no edital, mediante novo processo interno aplicando-se as regras dos itens anteriores.*
- 3.45. *Nas hipóteses de descontinuidade da relação contratual com qualquer das credenciadas, por qualquer motivo, será facultado aos servidores vinculados àquela credenciada o direito de portabilidade para qualquer das credenciadas com contrato vigente, sendo migrados para àquela com maior número de adesões, caso o beneficiário não exerça a opção.*

### ***Das especificações técnicas***



3.46. *A contratada deverá disponibilizar sistema on-line que permita à contratante solicitar recargas, cartões e atualizações decorrentes de ingresso e saída dos beneficiários citados no objeto do contrato e ainda, emitir relatórios referentes às solicitações, com detalhamento mínimo de:*

- I) Tipo do benefício, número do cartão, endereço de entrega do cartão;*
- II) Solicitação de cartões;*
- III) Bloqueio de cartões;*
- IV) Solicitação de reemissão de cartão;*
- V) Envio de arquivo com pedidos de inserção de créditos, em formato .txt ou .xls, informando nome, CPF, valor, tipo de benefício (alimentação);*
- VI) Solicitação de pedidos individualmente, para servidor específico e em determinado valor;*
- VII) Exclusão e alteração de benefício e beneficiado;*
- VIII) Acompanhamento da situação/fase das solicitações;*
- IX) Reversão de créditos, sendo possibilitado à contratante efetuar o estorno de valores já creditados;*



*X) Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos conveniados;*

*3.47. Também deverão estar disponíveis aos beneficiários as seguintes funcionalidades:*

*I) Alteração de senha;*

*II) Bloqueio e desbloqueio de cartão;*

*III) Solicitação de segunda via de cartão e solicitação de segunda via de senha, pela internet, aplicativo para dispositivo móvel com sistemas “iOS” e “Android” ou por meio de central telefônica;*

*IV) Emissão de extrato detalhado com a data, valor dos créditos e dos débitos e locais de utilização;*

*V) Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos conveniados;*

*VI) Central de Atendimento Telefônico - Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;*

*VII) Validade do cartão: mínimo de 5 (cinco) anos.*

#### **4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES**

*4.1. A quantidade de servidores beneficiários e seus respectivos valores individuais, sofrem alterações a cada mês. Devido a situações imprevisíveis como exonerações, admissões, licenças*



sem vencimentos, finalização de contratos temporários, entre outros.

4.2. A fim de se estimar um quantitativo médio mais preciso, que reflita as flutuações ao longo dos meses, foi realizado levantamento do histórico de utilização dos últimos 12 meses (Outubro/2024 a Setembro/2025), onde obteve-se a média mensal de quantidade de servidores beneficiários, o montante médio total por mês, e a média individual, resultante da divisão do montante total pelo número de servidores beneficiários, conforme tabela abaixo:

Mês/Ano	Qtde. Servidores Beneficiários	Valor Total	Valor médio por servidor
10/2024	9.747	R\$ 11.365.134,67	R\$ 1.166,01
11/2024	9.761	R\$ 11.350.621,60	R\$ 1.162,85
12/2024	9.791	R\$ 11.379.107,72	R\$ 1.162,20
01/2025	9.372	R\$ 10.941.501,79	R\$ 1.167,47
02/2025	9.348	R\$ 10.820.967,36	R\$ 1.157,57
03/2025	9.544	R\$ 10.905.286,92	R\$ 1.142,63
04/2025	9.746	R\$ 11.051.918,57	R\$ 1.134,00
05/2025	9.810	R\$ 12.018.452,65	R\$ 1.225,12
06/2025	9.778	R\$ 11.785.919,67	R\$ 1.205,34
07/2025	9.783	R\$ 11.628.522,12	R\$ 1.188,65
08/2025	9.787	R\$ 11.633.381,15	R\$ 1.188,66
09/2025	9.772	R\$ 11.554.292,73	R\$ 1.182,39
Média	9.687	R\$ 11.369.631,90	R\$ 1.173,70



*Observação: Os relatórios detalhados do histórico constam acostados aos autos do processo.*

4.3. *Ressalta-se que apesar de uma estimativa acurada, considerando as situações imprevisíveis que poderão ocorrer durante a contratação, a Prefeitura poderá, a qualquer tempo, alterar as quantidades estabelecidas, solicitando novas adesões ou cancelamentos, em razão de provimento de novas vagas, aposentadorias, exonerações, entre outras.*

## **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. *Para busca da melhor solução foram consideradas as seguintes condicionantes:*

- a) Soluções similares contratadas pela Administração Pública em geral; e*
- b) Possibilidades legais de cumprimento da Lei Federal nº 14.442/2022 e Lei Municipal nº 5.373/1988.*

5.2. *Sendo assim chegou-se às seguintes soluções:*

<b>SOLUÇÃO 1</b>	<b>SOLUÇÃO 2</b>	<b>SOLUÇÃO 3</b>
<b><i>CREDENCIAMENTO, com seleção a critério de terceiros.</i></b>	<b><i>LICITAÇÃO regular</i></b>	<b><i>PAGAMENTO EM PECÚNIA</i></b>

5.3. *Após elencadas e analisadas as possíveis soluções, constatou as seguintes situações:*

### **SOLUÇÃO 01 – CREDENCIAMENTO**



ITEM DE ANÁLISE	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
<b>Custos</b>	Valor mensal referente apenas ao repasse do total benefício concedido aos servidores.	Não há
<b>Disponibilidade</b>	Disponibilidade do serviço contratado 30 dias após a assinatura do Termo de Credenciamento	Não há
<b>Aderência à necessidade</b>	Solução atende à necessidade tanto da Autarquia quanto dos servidores.	Não há
<b>Disponibilidade do Mercado</b>	Existem várias empresas atuantes no mercado para atendimento à solução; A possibilidade de prestação de serviços por várias empresas possibilita ao servidor escolher entre a que melhor lhe atende bem como propicia condições de participação a todas as interessadas.	Não há

### SOLUÇÃO 02 – LICITAÇÃO

ITEM DE ANÁLISE	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
<b>Custos</b>	Valor mensal referente apenas ao repasse do total benefício concedido aos servidores.	Fica prejudicado o caráter competitivo da licitação em razão da proibição de taxa negativa pelo artigo 175 do Decreto Federal 10.854 de 2021 e inciso I do artigo 3º da Lei Federal nº 14.442.
<b>Disponibilidade</b>	Disponibilidade do serviço contratado apenas após a finalização do processo licitatório, sujeito ainda a prazos de recursos e ações judiciais em razão da complexidade da questão de proibição de taxa negativa pelo artigo 175 do Decreto 10.854 de 10/11/2021 e inciso I do artigo 3º da Lei nº 14.442	A prestação de serviços por uma única empresa que, em razão da proibição de taxa negativa, será escolhida por sorteio eletrônico.





<b>Aderência à necessidade</b>	<i>Solução atende tanto a necessidade da autarquia quanto da Administração.</i>	<i>Apresentação de estabelecimentos credenciados em número que não consigam atender as necessidades dos servidores</i>
<b>Disponibilidade do Mercado</b>	<i>Existem várias empresas atuantes no mercado para atendimento à solução.</i>	Não há

### **SOLUÇÃO 03 – PAGAMENTO EM PECÚNIA**

<b>ITEM DE ANÁLISE</b>	<b>PONTOS POSITIVOS</b>	<b>PONTOS NEGATIVOS</b>
<b>Custos</b>	<i>Valor mensal referente apenas ao repasse do total benefício concedido aos servidores.</i>	<i>Entendimento consolidado sobre a impossibilidade de seu pagamento de forma habitual e reiterada em pecúnia</i>
<b>Disponibilidade</b>	<i>Imediata, por depósito em conta salário</i>	<i>Falta de previsão legal</i>
<b>Aderência à necessidade</b>	<i>Solução atende à necessidade tanto da Autarquia quanto dos servidores.</i>	<i>Falta de previsão legal</i>
<b>Disponibilidade do Mercado</b>	<i>Todas as empresas que atuassem no ramo de alimentação, vez que o servidor realizaria as compras através de dinheiro em espécie depositado em sua conta corrente</i>	<i>Uso inadequado dos valores depositados para outras finalidades que não a alimentação do trabalhador desvirtuando assim a finalidade do benefício</i>

#### **5.4. Sendo assim, verificou-se:**

##### **a) Solução 01 – Credenciamento**

*Tal solução é a que melhor se adequa para o atendimento da necessidade concreta, uma vez que atende as necessidades da Prefeitura de Ribeirão Preto e de seus servidores, possibilitando a livre escolha dos interessados entre as empresas que melhor se adequem aos seus interesses sem quaisquer prejuízos para a Administração.*


**b) Solução 02 – Licitação**

Tal solução, apesar de atender a demanda da Prefeitura de Ribeirão Preto/SP, torna-se de difícil execução para sua efetiva utilização e não traz qualquer vantagem financeira para a Administração vez que o caráter competitivo do processo licitatório e a busca da proposta mais vantajosa pela Administração resta prejudicada em razão da proibição de taxa negativa.

**c) Solução 03 – Pagamento em Pecúnia**

Apesar de tal solução ser a mais simples, não atende a demanda concreta devido à falta de previsão legal e possíveis desdobramentos legais que acabarão por gerar prejuízos para a Administração.

**6. ESTIMATIVA DE VALOR**

6.1. O valor anual estimado para a contratação em tela é de **R\$ 136.435.582,80**, demonstrados de acordo com a tabela abaixo.

QUANTIDADE DE SERVIDORES	VALOR MENSAL	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR TOTAL ANUAL	*MARGEM DE 20%
9.687	R\$ 1.173,70	R\$ 11.369.631,90	R\$ 136.435.582,80	R\$ 163.722.699,36
TAXA ADMINISTRATIVA: <b>0%</b> (Art. 3º, I, da Lei Federal nº 14.442/2022)				
ESTIMATIVA TOTAL ANUAL: <b>R\$ 163.722.699,36</b>				
ESTIMATIVA TOTAL 24 MESES: <b>R\$ 327.445.398,72</b>				

6.2. A estimativa anual do valor do benefício é de **R\$ 163.722.699,36**. Essa estimativa é baseada na quantidade de servidores, acrescida de 20% como margem de segurança, prevendo novas admissões de servidores, além de reajustes no valor do benefício.

6.2.1. Desta forma, o valor total correspondente à 24 (vinte e quatro meses) é de **R\$ 327.445.398,72**, tal valor é



*meramente estimativo, podendo sofrer alterações em decorrência de reajustes, admissões, exonerações, entre outros.*

- 6.3. *Cada empresa credenciada receberá o montante equivalente ao número de servidores que por ela optarem.*
- 6.4. *As empresas contratadas não receberão nenhum pagamento pela prestação dos serviços, ficando, desde já, determinada a não aceitação de taxa de administração diferente de 0 (zero).*
- 6.5. *Por trata-se de estimativa a contratante não está obrigada a realizar o repasse em sua totalidade.*
- 6.6. *Na elaboração das propostas de preços, não serão admitidos:*
- a) cobrança de taxa negativa, nos termos do art. 3º, I, da Lei Federal nº 14.442/2022;*
  - b) cobrança de taxa positiva sobre o valor dos créditos.*
- 6.7. *Os valores dos benefícios poderão ser alterados a qualquer tempo, a critério da contratante.*

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 7.1. *O presente processo tem como finalidade a contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões de Vale-Alimentação eletrônico, magnético ou de similar tecnologia, equipado com chip eletrônico de segurança, com recargas mensais, destinados aos servidores da Prefeitura de Ribeirão*



*Preto. As características da contratação constarão em maiores detalhes no Termo de Referência.*

- 7.2. *O município pretende realizar a contratação simultânea de mais de uma empresa para a execução do objeto, não havendo perda da economia de escala, considerando que as empresas contratadas não irão receber nenhum valor pelos serviços prestados, realizando apenas o repasse do benefício aos servidores através de crédito em cartão. Nessa modalidade, as credenciadas serão remuneradas pelas suas redes de estabelecimentos, que lhes pagam uma taxa para poderem receber através dos cartões.*
- 7.3. *A execução simultânea é possível e conveniente, considerando o modelo da contratação (Credenciamento, art. 79, II, da Lei nº 14.133/2021), onde a escolha da empresa fica a cargo do servidor beneficiário, não prejudicando o controle individualizado de cada contrato.*
- 7.4. *Ainda, com o advento da Lei nº 14.442/2022, o credenciamento é a alternativa encontrada para contratar os serviços de gerenciamento e fornecimento de vale-alimentação, posto que inviabilizada a licitação com critério de julgamento por menor preço após referida alteração legislativa.*
- 7.5. *Os servidores, através do credenciamento, ficarão responsáveis pela escolha da empresa contratada.*
- 7.6. *A concessão do benefício ao servidor por meio de cartão alimentação garante que os valores serão utilizados para os fins nutricionais a que se destinam, nos termos da legislação correlata.*



- 7.7. *A contratação é considerada a forma mais eficiente para administração, na medida em que oferecem sistemas com a opção de autosserviço, proporcionando ao usuário do sistema uma plataforma completa e inteligente, com funções voltadas ao gerenciamento do benefício como na extração de informações em tempo real, evitando, assim, a perda de tempo com telefonemas e trocas de mensagens com prestador de serviços. Esta funcionalidade permite ao usuário resolver várias questões sem que necessite demandar a contratada, garantindo mais eficiência no desenvolvimento de seu ofício.*
- 7.8. *As soluções e ferramentas via internet também permitem desonerar o setor de recursos humanos da Prefeitura de Ribeirão Preto.*

***Da natureza continuada dos serviços a serem contratados.***

- 7.9. *De acordo com o art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, os serviços prestados de forma continuada são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e continua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.*
- 7.10. *Nota-se que o objeto do credenciamento se trata de serviço contínuo, ou seja, aquele cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.*





7.11. *No presente caso, o serviço de fornecimento de vale alimentação, mensalmente, apresenta-se como permanente/prolongado, por ser obrigação imposta pela Lei Ordinária Municipal nº 5.373/1988 e suas complementares, e direito do servidor, cabendo à Prefeitura o seu cumprimento.*

***Da vigência plurianual.***

7.12. *A vigência de cada contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, oportunidade em que serão realizadas novas contratações, com base em nova consulta de preferências aos servidores, conforme detalhamento no Termo de Referência.*

7.13. *Considerando que no credenciamento somente serão aceitas taxas de administração igual a 0% (zero por cento), não gerando proventos às contratadas.*

7.14. *Neste caso, as empresas contratadas serão remuneradas pelas suas redes de estabelecimentos, que lhes pagam uma taxa para poderem receber através dos cartões.*

7.15. *Não há o que se falar em vantajosidade ou desvantajosidade econômica na vigência plurianual (24 meses).*

7.16. *Por tratar de necessidade obrigação contínua/permanente de fornecimento de vale alimentação aos servidores, a vigência plurianual foi definida de forma a proporcionar atratividade e previsibilidade às empresas e, conseqüentemente, aumento no universo de escolhas do servidor.*

7.17. *A vigência plurianual possibilita às empresas, maior previsibilidade de utilização dos créditos dos cartões em sua*





*rede de estabelecimentos credenciados, representando maior previsibilidade de receita.*

7.18. *Assim, ainda que determinada credenciada seja escolhida por número pequeno de servidores, por exemplo 10 servidores, o prazo de vigência de 24 meses pode se tornar um importante atrativo para a mesma prosseguir com a contratação.*

7.19. *Da mesma forma, o prazo de 24 (vinte e quatro) meses foi estabelecido a alcançar a razoabilidade entre previsibilidade/atratividade às empresas e sem restringir demasiadamente a possibilidade de alteração de escolha pelo servidor.*

#### **Do objeto caracterizada como comum**

7.20. *O credenciamento de empresas para prestação de serviços continuados de intermediação e gestão de repasse de vale-alimentação em cartões eletrônicos/magnéticos para atendimento da necessidade apresentada, é caracterizada como comum, visto possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Termo de Referência, por meio de especificações reconhecidas usuais de mercado.*

7.21. *Além disso, trata-se de credenciamento e contratação de serviços praticada de forma ampla e recorrente pelos órgãos das diversas esferas da Administração Pública, de maneira habitual.*

#### **Da modalidade**

7.22. *Conforme já abordado nos itens anteriores, a modalidade mais adequada e vantajosa para a contratação dos serviços será o procedimento auxiliar de Credenciamento, com fundamento no*



*art. 79, inciso II da Lei nº 14.133/2021, hipótese de seleção a critério de terceiros.*

*7.23. Nesta modalidade de contratação os beneficiários poderão optar dentre as empresas credenciadas qual irá administrar os cartões de concessão de seu benefício.*

*7.24. Conforme art. 17, § 2º DA Lei nº 14.133/2021, o Credenciamento ocorrerá sob a forma Eletrônica.*

### **Do regime de execução**

*7.25. O regime de execução do contrato será a **empreitada por preço unitário**, uma vez que o valor a ser repassado à empresa dependerá da quantidade de servidores beneficiários que a escolheu, dos valores vigentes do benefício e, ainda, de eventuais exclusões por exonerações ou inclusões por novas contratações, ocasionando possibilidade de variação dos valores de repasse e não sendo possível determinar tal valor de maneira precisa e absoluta.*

### **Da Subcontratação**

*7.26. Não será permitida a subcontratação do objeto da contratação, uma vez que essencialmente a prestação de serviços de intermediação e gestão de repasse de vale-alimentação é o objeto principal da contratação.*

*7.27. Ademais, pela experiência da Administração em contratações similares anteriores, verificou-se que as empresas do ramo possuem plena capacidade de executar o objeto em sua integralidade.*



7.28. *Destaca-se que as relações com eventuais bandeiras de cartão, em decorrência dos arranjos de pagamento, não configuram subcontratação, tratando-se de acordo que visa viabilizar a operacionalização do serviço de pagamento de alimentação, dentro da autonomia empresarial da empresa.*

### ***Da exigência de garantia da contratação***

7.29. *Considerando que a contratação dependerá da escolha dos servidores beneficiários dentre as empresas credenciadas, havendo possibilidade de não contratação caso nenhum servidor escolha a empresa.*

7.30. *Não será necessária a previsão de garantia contratual, pois, na prestação dos serviços não se vislumbra riscos de altos prejuízos à administração, visto que os valores serão creditados pela contratada antecipadamente, para posterior pagamento (repasse) da Prefeitura, diminuindo consideravelmente os riscos de inexecução ou de prejuízos por parte da CONTRATADA.*

### ***Da participação de Pessoa Física e Microempreendedor individual (MEI)***

7.31. *Por se tratar de prestação de serviços que demandam toda uma infraestrutura tecnológica, de suporte, central de atendimento, além de se tratar da intermediação de grande vulto financeiro, a presente contratação é incompatível com a atividade de Pessoa física. Desta forma, não será admitida a participação de Pessoa Física na licitação.*

7.32. *Da mesma forma, ao considerarmos a necessidade de a empresa interessada contar com múltiplos funcionários para manter os serviços requeridos, o alto valor envolvido na*



*contratação, entende-se que tais condições extrapolam os limites de pessoal e transação anual e inviabilizam a participação de Microempreendedor individual (MEI). Desta forma, não será admitida a participação de Microempreendedor individual (MEI) no Credenciamento.*

### ***Da habilitação***

- 7.33. Considerando que não há garantia de contratação, nem do número de servidores que irão escolher a empresa credenciada, entende-se pela não exigência de qualificação operacional, a fim de ampliar o universo de credenciadas a serem submetidas ao procedimento interno de escolha.*
- 7.34. Quanto à qualificação econômico-financeira, como já apontado acima, neste modelo de contratação, os valores serão creditados pela contratada antecipadamente, para posterior pagamento (repasse) da Prefeitura.*
- 7.35. Considerando que a credenciada poderá ser responsável pela prestação de serviços para apenas 1 servidor beneficiário ou ainda, não ser escolhida por nenhum servidor.*
- 7.36. Entende-se pela não exigência de demais qualificações econômico financeiras, além da prevista no art. 69, inciso II da Lei nº 14.133/2021 (certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante).*

## **8. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO**

- 8.1. A natureza do objeto desta contratação não é passível de parcelamento por opção da Administração, pois se trata de hipótese de credenciamento com seleção a critério de terceiros.*



*Além disso, trata-se de serviços contínuos e comuns a todo o efetivo de servidores municipais e, em razão disso, se entende inviável o parcelamento do objeto.*

## **9. RESULTADOS PRETENDIDOS**

- 9.1. *Com a pretensa contratação a Administração pretende o eficaz gerenciamento do pagamento do benefício de vale-alimentação aos seus servidores, em perfeito atendimento das disposições legais, seja a nível municipal ou federal.*

## **10. PROVIDÊNCIAS ANTES DO CONTRATO**

- 10.1. *Recebimento da documentação exigida e verificação;*
- 10.2. *Ajustes de documentos relativos à contratação;*
- 10.3. *Envio do material de divulgação aos servidores, bem como o planejamento e direção do processo de escolha dos servidores;*
- 10.4. *Reunião de alinhamento entre fiscais e contratada(s), visando o alinhamento para o início da execução.*

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES**

- 11.1. *Não há contratações correlatas e/ou interdependentes que guardem relação/afinidade com o objeto a ser contratado.*

## **12. IMPACTOS AMBIENTES**

- 12.1. *Dada a natureza do objeto que se pretende contratar, não se verifica, em tese, impactos ambientais, tendo em vista que os serviços serão oferecidos quase que integralmente sob a forma de plataformas digitais já segmentadas, que não suscita*





*prejuízos ambientais, estando, portanto, de acordo com as regras de sustentabilidades vigentes.*

### **13.DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

*13.1. O vale-alimentação é concedido com base nos normativos dispostos no item 5 deste ETP. Para viabilizá-lo, a Prefeitura de Ribeirão Preto optou pelo credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de fornecimento e gerenciamento deste benefício.*

*13.2. Como demonstrado, a contratação da solução descrita neste Estudo Técnico Preliminar se mostra tecnicamente possível, adequada à realidade desta Prefeitura. Ademais, trata-se de modelo de contratação praticada por diversos órgãos públicos e já chancelada pelo E. Tribunal de Contas Estadual, razão pela qual, entende-se pela viabilidade da contratação pretendida e adequação da modalidade escolhida.*

### **14. CRONOGRAMA**

*14.1. Estima-se os prazos abaixo para conclusão da pretensa contratação, observando que, nesse momento já se ultrapassou a fase de elaboração do ETP.*

<b>Ação</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>
<i>Elaboração do ETP</i>	<i>Divisão de Planejamento de Aquisições</i>	<b>60 dias</b>
<i>Revisão do ETP</i>	<i>Divisão de Recursos Humanos</i>	<b>15 dias</b>
<i>Elaboração do TR e análise de riscos etc...</i>	<i>Divisão de Recursos Humanos</i>	<b>15 dias</b>
<i>Elaboração do edital e demais anexos</i>	<i>Divisão de Licitações</i>	<b>15 dias</b>
<i>Emissão de parecer jurídico pela PGM</i>	<i>Procuradoria Geral do Município</i>	<b>15 dias</b>
<i>Período mínimo de credenciamento, antes da primeira submissão à escolha dos servidores</i>		<b>60 dias</b>





Divulgação pela credenciada do material de convencimento		5 dias
Período mínimo de escolha pelos servidores		30 dias
Prazo para as empresas manifestarem aceitação do contrato		5 dias
Prazo de entrega dos cartões físicos		20 dias

15. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Ribeirão Preto, 6 de setembro de 2025.

(assinatura digital)

**Thiago de Almeida Magalhães**

Chefe da Divisão de Planejamento de Aquisições

(assinatura digital)

**João Luís da Silva**

Diretor de Materiais e Licitações

(assinatura digital)

**João Rafael Mião**

Secretário da Administração de Ribeirão Preto



# Assinaturas do documento



## "Estudo Técnico Preliminar - Atualizado"

Código para verificação: **2VZEAJA6**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**JOAO RAFAEL MIAO** (CPF: \*\*\*.604.406-\*\*) em 09/12/2025 às 10:16:17 (GMT-03:00)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 23/07/2025 - 08:45:19 e válido até 23/07/2028 - 08:45:19.

(Assinatura do Sistema)



**JOÃO LUIS DA SILVA** (CPF: \*\*\*.667.798-\*\*) em 08/12/2025 às 16:59:41 (GMT-03:00)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 23/07/2025 - 10:23:02 e válido até 23/07/2028 - 10:23:02.

(Assinatura do Sistema)



**THIAGO DE ALMEIDA MAGALHAES** (CPF: \*\*\*.965.468-\*\*) em 08/12/2025 às 16:40:00 (GMT-03:00)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 23/07/2025 - 14:51:50 e válido até 23/07/2028 - 14:51:50.

(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://processodigital.ribeiraopreto.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **PMRP**

**2025/187877** e o código **2VZEAJA6** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.